



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

## **Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes 14 de setembro de 2015**

No dia quatorze de setembro de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sr. José Aguilar Pilon; da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rota de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Rony Cláudio de Oliveira Freitas; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; da Diretora do Centro de Referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Administração e Orçamento, sr. Antonio Tadeu Vago; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro-Serrano, Adriana Pionttkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus São Mateus, sr. Mário Cezar dos Santos Júnior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Situação UAB; 3. Questões relacionadas aos mestrados e doutorados estabelecidos como treinamento regularmente instituídos (Educimat, Fucape, UFRRJ, Dinters); 4. Plano Diretor de Tecnologia de Informação; 5. Apreciação de Proposta de resolução de afastamento de servidores para aperfeiçoamento Stricto Sensu; 6. Apreciação do Regulamento do CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.** O Presidente informa que o **item 1** será apresentado ao fim da reunião, abre o **item 2** e passa a palavra para a diretora Vanessa que declara que tem conversado com os diretores para que eles compreendam a difícil situação da UAB. Relata que na Etec foram mantidos os investimentos para continuidade dos cursos e novos cursos estão sendo iniciados este ano. Porém, o investimento da UAB houve cortes de bolsas, capital e outros recursos de custeio. Acrescenta que na UAB alguns trabalhadores recebem bolsa via pessoa física, e como essas bolsas não foram pagas em 2015, muitas pessoas estão trabalhando sem receber. Revela que o Cefor procurou alternativas para solucionar a questão, por exemplo, a reitoria efetuar o pagamento da demanda mínima e agora, tenta-se negociar com a UAB o ressarcimento desse recurso. Revela também que Cefor realizou alguns ajustes para minimizar os efeitos da delicada situação financeira, por exemplo, não contratar revisores, transferindo essa atividade para o próprio Cefor. Revela que não foram autorizados o início de novos cursos da UAB para 2015 e que por volta de 30 por cento das

bolsas dos cursos foram cortadas, prejudicando, por exemplo, cursos que iniciaram as orientações de TCC em agosto e mais fortemente os cursos de graduação. Relata que após reunião com a equipe decidiu-se pela orientação voluntária e caso, não seja suficiente, o Cefor solicita que os os campi se ajudem, trabalhando como parceiros, para continuidade dos cursos. Revela que o corte de bolsas afetará principalmente os campi Piúma, Vitória e Cachoeiro, sendo a graduação a maior prejudicada. Relata que alguns campi pensaram em interromper os cursos cujas bolsas foram cortadas, no entanto, essa ação traria muitas implicações, pois, apesar da UAB não honrar com seus compromissos, os alunos são do Ifes, fato que acarretaria muitos problemas na justiça. Divulga que alternativas foram trabalhadas junto com os coordenadores de curso, dentre elas, a união de turmas para diminuir a quantidade de tutores, a atuação do tutor presencial como tutor a distância, acrescentando que apesar dessas possibilidades está muito difícil prosseguir com o programa se não houver um comprometimento da Capes e de UAB. Uma das alternativas é os campi usarem o recurso de custeio que recebem referente a estes cursos a distância para que parte desse valor seja destinado ao pagamento de pessoas essenciais para os programas. Enfatiza que a situação é bastante complicada e que os campi não têm condições de resolvê-la por si próprios, por isso, solicita o apoio e auxílio dos demais campi, acrescentando que a colaboração de todos é essencial para vencer esse momento difícil. Conclui afirmando que, apesar do cenário negativo, está esperançosa, pois a EaD é uma ferramenta estratégica para o Governo Federal. O Presidente reitera a necessidade de alguns ajustes para nos programas da UAB e que, externamente, o Conif tem se empenhado em resolver essas questões junto ao Mec. Divulga que uma mudança repentina no cenário atual é improvável, acrescentando que até o programa Ciência Sem Fronteiras teve reduções significativas de recursos. O diretor Carlos Cezar Bettero revela o esforço do campus Cachoeiro em trabalhar com um deficit de 150 mil reais, solicitando a compreensão de todos diante da grande dificuldade em fechar o orçamento que previa um residual de 500 mil reais. O diretor José Orlandi revela que o campus Serra passa por situação semelhante em que uma projeção residual de 350 mil reais se transformou em um deficit de 90 mil reais para o pagamento de bolsistas e tutores. Relata que aguarda 40 mil reais do custeio de aluno UAB para arcar com metade das despesas e acrescenta que, apesar de alguns professores serem contrários a trabalhar sem o recebimento de bolsas, outros se prontificaram a auxiliar. O dirigente Ricardo revela que a falta de pagamento de bolsas para professores possivelmente trará problemas para a instituição. A dirigente Cláudia informa que o campus Piúma tinha totais condições de arcar com seus compromissos, no entanto, após o corte, a situação ficou inviável, revelando que, embora o valor não seja alto, isto é, 50 mil reais, o campus não tem esse recurso. Esclarece que, devido o PIT alto, os professores do campus não poderão auxiliar. A diretora Vanessa enfatiza que a maneira mais viável é o trabalho voluntário em rede, esclarecendo que a inclusão da carga horária no PIT não se constitui um trabalho voluntário. Relata que essa situação pode ser benéfica para o Ifes, por ser uma ótima oportunidade de se trabalhar a institucionalização e revela que, caso os programas da UAB sejam interrompidos, a Pós-graduação sem fomento continua, pois, nessa modalidade, os professores incluem sua carga horária no PIT. Divulga que o campus Alegre iniciou uma pós nessa modalidade, ressaltando ser essa uma excelente alternativa para diminuir a dependência ao fomento. O Presidente enfatiza a necessidade de se realizar um esforço institucional para a conclusão das disciplinas dos cursos em andamento, destacando que, novas disciplinas só devem ser ofertadas mediante a garantia de professores para ministrá-las. Sugere que seja garantida ao menos uma disciplina por curso, para impedir sua interrupção, declarando que para aqueles em que essa proposta não puder ser implementada, a instituição analisará e encontrará soluções. Abre o **item 3** e passa a palavra para o diretor Rony que relata que os servidores mestrados da Fucape poderão vir a Vitória para orientação, recebendo diária e passagem. Revela que os trabalhos dos alunos estão bem

encaminhados, sendo que a maioria das pesquisas são resultados de demandas internas da instituição, ressaltando que os resultados poderão auxiliar nos processos decisórios institucionais. Relata que, dentre os servidores participantes do mestrado, apenas quatro precisam terminar as disciplinas obrigatórias, explicando que eles iniciaram o curso depois dos outros. Enfatiza a importância de liberar os alunos uma vez por semana para a orientação e que tal condição foi previamente acordada com os diretores-gerais, acrescentado que a liberação do aluno somente será permitida com a apresentação da carta de convocação e anuência do diretor-geral. A diretora Danusa revela que a liberação de um dia da semana para a orientação de dissertação já havia sido acordada entre os dirigentes, esclarecendo que o pagamento de diárias e passagens somente ocorrerá para os alunos dos casos dos campi localizados fora da Grande Vitória. O diretor Welinton relata que todas as datas e diárias devem ser planejadas até o fim do curso, ressaltando que as datas referentes à classificação e a defesa não podem ser esquecidas. Revela que o campus Nova Venécia otimiza o uso de carros oficiais concentrando as saídas dos servidores, as quais somente são permitidas a partir do consentimento da chefia. O diretor Rony divulga que os servidores que cursam o mestrado rural reivindicam o mesmo direito, ou seja, a liberação de um dia do trabalho para se dedicar à orientação. O Presidente declara que essa reivindicação é justa e previsível, pois a instituição deve garantir a igualdade de condições aos servidores. O diretor Aloísio Carnielli alerta para a necessidade de se definir regras institucionais para que o trabalho não seja prejudicado, sugerindo que seja estipulado um quantitativo de servidores que fariam jus ao benefício, para aqueles aprovados além desse quantitativo as regras seriam diferentes. O diretor Rony informa que no processo do Educimat, o candidato precisava da anuência do diretor, enfatizando que, a partir do precedente da Fucape, deve-se liberar o servidor, em condição semelhante, para um dia de estudo, desde que, logicamente, haja consentimento do diretor-geral. A diretora Danusa esclarece que os servidores mestrandos da Fucape já concluíram todos os créditos e a orientação poderia acontecer presencialmente, por isso, a liberação de um dia da semana não se caracteriza afastamento parcial, visto que será dedicado à escrita da dissertação. O diretor Rony acrescenta que a orientação é disciplina obrigatória nas pós-graduações stricto sensu. O diretor Ricardo afirma que os dirigentes devem flexibilizar o máximo possível, principalmente na modalidade stricto sensu, a fim de promover a melhor capacitação do servidor técnico e docente. Acrescenta que, infelizmente, haverá servidores que se aproveitarão da situação, no entanto, essas exceções não podem ser empecilho para aqueles que querem se dedicar aos estudos. O diretor Ronaldo revela que outros pontos devem ser considerados, exemplificando a situação do campus Guarapari, pela qual o coordenador de biblioteca é mestrando da Fucape, e, não havendo a possibilidade de substituição ou delegação de suas atividades, os períodos de sua ausência causam enorme prejuízo para o funcionamento do setor. O dirigente Ricardo enfatiza que a liberação é mais um aspecto de valorização do servidor responsável e dedicado ao trabalho, sugerindo que analise detalhadamente cada caso para que não haja prejuízos para a instituição, enfatizando que a experiência com a Fucape é muito válida, pois a partir dela, podemos verificar onde houve ganho ou prejuízo institucional. A diretora Danusa adverte que se o curso for institucionalizado não pode haver afastamento nem horário de especial de estudante. O diretor Rony relata que o mestrado Educimat teve entrada de 67 alunos e que as questões relativas ao afastamento estão muito bem definidas, uma vez que todos os alunos estão cientes dos encontros quinzenais, que causam menor impacto nos campi, enfatizando que parte do curso será EAD. Acrescenta que, mesmo que o curso seja regularmente instituído, caso o aluno for aprovado pela cota de demanda social, fará jus ao afastamento, mas não à percepção de diárias. A diretora Danusa esclarece que treinamento regularmente instituído é a uma oferta específica do Ifes, em que se forma uma turma exclusivamente de servidores da instituição. Ressalta que legislação específica normatiza o tema e que se o Ifes optar

por elaborar uma resolução, corre-se o risco da normativa institucional suprimir ou impedir situações que atualmente favorecem os servidores, desta forma, acredita que a consolidação das ações deve se restringir à interpretação da lei. O Presidente enfatiza o grande esforço para proporcionar a capacitação de servidores, no entanto, ressalta que as capacitações devem ser realizadas dentro do limite institucional. Revela a necessidade de se concentrar esforços para que se consiga o técnico substituto junto ao Mec, reivindicação do Conif junto ao Mec. Ressalta que a instituição pode elaborar sua resolução e regulamentar essas questões, enfatizando que as condições devem ser iguais para todos. O diretor Rony relata que dos 52 candidatos para o Educimat, 29 foram aprovados. Essas vagas foram determinadas a partir da distribuição para cada campus, no entanto, decidiu-se extrapolar o número e oferecer 30 vagas. Então, as 4 vagas oferecidas anteriormente para o campus Vitória passaram a ser 5, pois era o campus que tinha mais candidatos e o único que havia suplência, ressaltando que o critério foi a classificação geral. Assim solicita aprovação do Colégio de Dirigentes para o aumento do número de vagas de 29 para 30. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao aumento do número de vagas do Educimat, passando de 29 para 30, em que as vagas destinadas ao campus Vitória, passam de 4 para 5. O diretor Rony informa que foi aberto edital para Mestrado Profissional de Administração Pública, totalmente a distância, mas somente universidades poderiam participar. No entanto, revela que a professora Teresa, coordenadora do curso de Mestrado em Gestão Pública da Ufes, propôs uma parceria com o Ifes, pela qual a Ufes faria a solicitação junto ao edital, fato que beneficiaria, principalmente, os campi do interior, e em contrapartida o Ifes cederia alguns professores para o programa. Declara que precisa da anuência dos diretores sobre o assunto até 30 de setembro, prazo máximo para a submissão da proposta. Acrescenta que encaminhará memorando aos diretores-gerais para que eles se manifestem, enfatizando que o Ifes solicitou duas vagas para cada professor cedido ao programa. O diretor André relata problemas com o deslocamento de servidores e o prejuízo para as atividades do campus na ausência destes. Questiona por que o Educimat não pode ser ofertado totalmente a distância, uma vez que o Ifes tem as condições técnicas para tal, exemplificando que há programas de doutorado por vídeo aula. O diretor Rony relata que os Dinter são capacitações em serviço e que o Ifes tem a expectativa de iniciar dois, revelando que a planilha financeira está em negociação e que a Capes, por meio de ofício, propôs o arcar com parte do custeio. Relata que o Ifes já se manifestou positivamente sobre a proposta da Capes e que aguarda resposta, acreditando que uma definição só deva ocorrer no início do ano que vem. **O Presidente, para concluir a questão, afirma que os servidores que são alunos de programas de pós-graduação stricto sensu terão o mesmo direito daqueles que cursam o mestrado da Fucape, ou seja, na fase de orientação, depois de concluída as disciplinas, poderão se dedicar um dia da semana aos estudos, ressaltando a impossibilidade de afastamento, em qualquer fase do curso, para os servidores alunos de pós-graduação stricto sensu institucionais.** Abre o **item 6** e passa a palavra para a servidora Janda, presidente da CPAD que relata que a proposta de regulamento foi encaminhada aos dirigentes, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Faz breve introdução sobre o regulamento, apontando leis que basearam sua elaboração e relata que as ações dessa comissão são voltadas para eliminação e/ou arquivamento de documentos e também, temporalidade dos documentos. Relata que eliminação de documentos é uma tarefa complexa e que esse trabalho é realizado tendo como base a orientação do Conselho Nacional de Arquivos. Divulga que a comissão central estará vinculada à reitoria e as subcomissões aos campi, explicando, a seguir, as propostas do regulamento, em especial o artigo 3º. Relata a oferta do curso de capacitação UFMG / Ifes, com carga horária de 90 horas, enfatizando que todas as pessoas designadas para as comissões foram convidadas, enfatizando que, apesar da baixa procura interna, a externa foi grande. Acrescenta que o curso inicia em setembro e termina em dezembro e que para

turma de servidores do Ifes, ao final do curso, será aberto um tópico que se concentrará tanto nos trabalhos a serem desenvolvidos pela comissão quanto para a elaboração de listagem de eliminação de documentos. O diretor Ricardo declara que o campus Vitória não tem subcomissão porque os servidores do campus que poderiam compô-la foram designados para a comissão central. A servidora Janda afirma que a comissão central é originária do campus Vitória, definida a partir da representatividade por área, com o intuito de se realizar um trabalho integrado com toda a instituição. Ressalta que os membros da Comissão Central podem ser alocados nas subcomissões, desde que não a prejudiquem, pois eles possuem um conhecimento técnico maior. O diretor Ricardo relata que deveria ser o contrário, ou seja, os servidores do campus Vitória não poderiam prejudicar o campus em prol da Comissão Central visto a enorme quantidade de trabalho a ser realizado. O diretor José Orlandi relata que o campus Serra está criando um arquivo centralizado, pois já houve perda de documentos, além dos problemas e dificuldades para se encontrar documentos. A diretora Denise relata que a baixa participação de servidores no curso se deve à greve. A servidora Janda relata que a capacitação deve ser repetida, pois somente 10 membros da comissão estão entre os inscritos. O Presidente relata que os documentos institucionais eram tratados das mais diversas maneiras, empilhados, espalhados, enfatizando que os documentos são parte importante do passado da instituição, servindo de base para quaisquer melhorias para o futuro. A servidora Janda acrescenta que a organização de arquivos, ajuda a diminuir o tempo de busca de documento e minimiza a perda de documentos. O Presidente revela que há um passado institucional a ser organizado, e a comissão é o primeiro passo para atingir esse objetivo, divulgando que serão contratadas mais dois arquivistas para auxiliar esse trabalho. O Presidente informa diz que os arquivistas não ficarão organizando caixas nos setores, ou seja, atividades de organização setorial, pois cabe a eles orientar a a execução desses trabalhos, e acrescenta que está em fase de elaboração a norma de atuação dos arquivistas no âmbito institucional. Revela que os trabalhos vão se iniciar no campus Vitória e depois os demais campi. Acrescenta que até o início do ano que vem, o Ifes deve migrar para o sistema on-line de protocolo, ressaltando que o Mec já faz uso desse sistema que resultará em considerável diminuição no uso do papel pela instituição. O pró-reitor Renato Tannure questiona por que as cargas horárias dos técnico-administrativos e dos docentes são diferentes, sugerindo, a seguir, a inclusão do vice-presidente como membro efetivo. Relata que tem mais sugestões e que poderia encaminhá-las a servidora Janda. O Presidente informa que as considerações do pró-reitor Tannure serão acrescentadas ao texto e depois encaminhadas aos dirigentes para aprovação, estipulando dois dias, após o recebimento do documento compilado, o prazo para manifestação. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para o diretor Joubert que apresenta do Plano Diretor de Tecnologia de Informação. Faz breve introdução sobre o plano, apresentando o comitê e especificando suas funções e composição. O diretor Ricardo informa que há mais de três anos o comitê não se reúne e que diante da necessidade, o campus Vitória comprou duzentos e cinquenta computadores, aquisição que foi duramente questionada pela auditoria. Ressalta que não se pode passar tanto tempo sem aprovar o PDTI, sugerindo que seis meses como prazo razoável para revisão do plano. O diretor Joubert relata que 3 anos é o tempo ideal para aquisição de novos computadores visto a defasagem de softwares. Explica o PDTI é transitório com vigência de 2016 a 2019 e alinhado ao PDI. A seguir, apresenta a sugestão das necessidades genéricas e os planos de alguns campi, explicando o planejamento de aquisições, e ressaltando não há garantia de que os equipamentos solicitados sejam adquiridos. Reconhece que a defasagem dos equipamentos institucionais explica os altos valores apresentados. O Presidente relata que o PDTI está defasado, pois a instituição priorizou o planejamento estratégico primeiro, assim, as necessidades se acumularam no tempo, por isso, é necessário analisar a situação com calma, uma vez que uma necessidade de três anos atrás não é mais uma necessidade,

isto é, ou não mais existe ou já foi resolvida. Reconhece as dificuldades financeiras atuais, enfatizando que a elaboração de um PDTI inexequível como este constitui-se como peça de ficção a ser questionada pela auditoria. Enfatiza que se a intenção é listar as necessidades institucionais esperando a liberação de um recurso é compreensível, mas, nesse caso, deve-se organizá-las por ordem de prioridade. O diretor Joubert relata que a instrução normativa nº 4 disciplina as compras de TI e que elas devem estar descritas no PDTI e que uma portaria de 2011 determina o parecer da DTI para aquisição de equipamentos de TI. Explica as condições expressas na normativa, tais como valor máximo, plano de inserção, etc. Ressalta que compras abaixo de 80 mil não precisam de certas formalidades de licitação, mas precisam constar no PDTI. O Presidente sugere que os diretores-gerais se reúnam com seus diretores de administração e coordenadores de TI, para definir as prioridades de cada campus para o PDTI, ressaltando que, caso a lista de prioridades conste apenas os itens de custo mais elevado, a aquisição destes serão muito difícil. O diretor Ronaldo relata que se os campi velhos tem problemas com equipamentos obsoletos, os campi novos não nem ao menos os equipamentos obsoletos possuem, fato que pode impedir que os campi exerçam suas atividades a contento, questionando, a seguir, se os processos empenhados sem PDTI podem ser comprados. O diretor Joubert responde que não há problemas, ressaltando que as compras do ano passado serão inseridas no PDTI e aprovadas tardiamente mediante justificativa. A partir de questionamento do diretor Hermes, o diretor Joubert explica as compras da DTI, apontando as necessidades do presentes e as expectativas do futuro. O Pró-reitor Renato Tannure relata que a contratação de serviço está no PDTI, tais como licença de software, assim, questiona se é necessário o nível de detalhamento do equipamento, ou se uma descrição da necessidade do serviço a ser realizado é suficiente. O diretor Joubert responde que se pode especificar os insumos sem ter que detalhar suas características e informa que o PDTI será revisado anualmente para adequação das metas e justificativas das compras. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o diretor Rony que relata que a proposta também foi encaminhada a CPPD e que solicita que os dirigentes se manifestem a respeito da propostas, encaminhando sugestões, se for o caso. O Presidente sugere que a diretora Vanessa se responsabilize por organizar as sugestões dos dirigentes e depois encaminhá-las à comissão para alterar o documento, sendo pauta da próxima reunião. A diretora Danusa sugere que o documento também passe pela DGP. A diretora Denise sugere que se utilize o fórum para a definição de critérios. O diretor José Orlandi relata que o curso de engenharia de Controle e Automação do campus Serra conquistou o 17º lugar no Ranking Universitário da Folha (RUF), em 2014 esse curso alcançou o 33º lugar no Ranking. Relata que o RUF (Ranking Universitário Folha) é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha desde 2012 com o objetivo de classificar as 192 universidades brasileiras a partir de indicadores de pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado. O Presidente abre o **item 1** e informa que a matriz orçamentária aprovada pelo Conif, e apresentada pela Setec teve uma alteração na metodologia de cálculo, ou seja, utilizando-se índice de correção IPCA igual a 8,47% e percentual de crescimento de matrículas de 13,26%. Revela que a matriz de 2015 gerou uma situação muito difícil não somente pelos cortes mas também pela demora na disponibilização dos recursos de custeio. Explica que a base da matriz do Conif é calculada pelo número de alunos matriculados do semestre anterior, ressaltando que esse número tem que estar atualizado no Simec, assim, retroage por um ano para definir o número de matrículas. Relata que cada curso tem peso diferente que resulta em aluno equivalente financeiro, e custo financeiro. Informa que há cursos de baixo, médio, e alto peso financeiro, exemplificando que Administração é de baixo custo, enquanto Mecânica e Química, em virtude das necessidades de laboratório, são de alto peso financeiro, e conseqüentemente, possuem um aluno equivalente financeiro maior. Esclarece que o valor relativo aos alunos é calculado pela quantidade discente de cada

instituição multiplicado pelo peso do curso, dessa operação obtém-se o valor financeiro. Assim, a partir desse valor, regride-se ao quantitativo de alunos do ano passado, acrescentando o percentual de crescimento e o de matrícula, e corrige o montante pela inflação do período. Relata que aluno sem financiamento de EAD considera-se para efeitos de orçamento como aluno normal, enfatizando que a assistência estudantil é protegida, não sendo inclusa nesse cálculo. Relata que um valor de três bilhões e cem milhões de reais estava definido entre a rede a Setec, mas antes de fechar o orçamento o governo decidiu fazer diferente, e assim, mudar a forma pela qual o cálculo era realizado. Assim, acrescenta o Presidente, o governo decidiu que o montante a ser destinado a rede seria definido pelo orçamento real, isto é, pelo orçamento do governo. Assim, consideram os limites orçamentários desse ano, já inclusos os cortes de dez por cento de custeio e dos cinquenta por cento de investimento, acrescentando somente a correção de 8,47% do IPCA. Esclarece que o valor recebido nesse ano será o valor recebido no ano que vem, enfatizando que a correção estabelecida ficou em menos de 12,93%. O Pró-reitor de Administração relata que a matriz orçamentária foi elaborada prevendo o crescimento da receita, no entanto, na situação atual, os campi em que houve diminuição do quantitativo de alunos terão maior perda orçamentária. O Presidente revela que foi feita uma correção baseada no IPCA, o valor dos recursos desse ano foram preservados sem considerar o aumento do quantitativo de alunos, enfatizando que a correção foi de 8%, enquanto que Pesquisa e Extensão, houve uma correção de 22%. Acrescenta que a matriz orçamentária de 2015 previa uma matriz orçamentária de 2 bilhões e 408 milhões, no entanto, com os cortes, ela sofreu um decréscimo de 12,31%, ou seja, 2 bilhões e cem milhões. No entanto, alerta que se o governo manter essa matriz para 2016 e se não houver cortes, o valor de custeio será maior que o de 2015. Explicita o receio, caso a situação econômica do país continue em recessão, de que haja mais cortes orçamentários, e assim, o Ifes receberia menos orçamento, mesmo tendo aumentado o quantitativo de alunos. Revela que algumas instituições da rede recebiam o recurso para campi que estava em fase de expansão, sem que os campi efetivamente funcionassem, enfatizando que a matriz de 2015 possuía 582 campi e que a de 2016 tem 564 campi. Revela que a administração da Setec possui 450 milhões a serem distribuídos e que após discussões sobre a divisão desses recursos, decidiu-se por distribuir 150 milhões entre os 41 institutos; os outros 2 terços, sob responsabilidade do Conif, que assim, o distribuiu, 50 por cento linear, ou seja, 150 milhões para todos as instituições e os outros 150 milhões proporcionalmente à quantidade de campi. O dirigente José Orlandi questiona se a execução de obras foi levado em consideração. O Presidente responde que não houve um trabalho em rede nesse sentido, assim, isso não foi considerado, revelando que no início do 2014, por iniciativa própria, o Ifes encaminhou ofício para o então ministro Cid Gomes relatando a situação do Ifes e enfatizando que o orçamento de 2014 não seria suficiente para suprir as demandas da instituição. Relata que nesse ofício foram detalhadas as obras empenhadas e previstas, ressaltando que nesse ano, todos os reitores querem fazer o mesmo, e que assim, será possível fazer um levantamento da realidade da rede. Revela que ainda não foi definido o que seria o mínimo necessário para o funcionamento de um campus com 1.200 alunos, ressaltando que 200 milhões para o Ifes é possível realizar o fundamental, mostrando-se otimista com a entrada, em 2017, dos recursos provenientes do Pré-sal. Relata que na próxima reunião, o pró-reitor de administração trará o reflexo da matriz orçamentária de 2016 nos campi, enfatizando que o corte será maior nos campi em que não houve expansão. O Presidente solicita que os dirigentes sejam mais cuidadosos com os gastos vide a delicada situação econômica do país, pois melhoras no cenário econômico só sejam percebidas em 2017. O Pró-reitor Lezi revela que o que aconteceu com a Matriz Orçamentária foi algo surreal, pois nunca foi desconsiderado o IPCA e aumento de matrícula, esclarecendo, que os campi com maior orçamento terão um prejuízo maior. O dirigente Hermes informa que a Edufes – editora da

Ufes está disponibilizando livros para doação, sendo cinco caixas cada cada campus. O Presidente revela que foi indicado para o Conselho da Embrapii. Solicita que todos os dirigentes pensem em uma nova visão de futuro para o Ifes, visto que a atual já foi atingida. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.